



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Algumas reflexões sobre o papel do Estado

Maria de Fátima Rocha MAIA

Doutoranda em Sociologia – FCSH - Universidade Nova de Lisboa – Portugal
Pesquisadora do CesNova /UNL - GT: Políticas Públicas e Responsabilidade Social.

Professora do Departamento de Economia
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes – Brasil
rochamaiaster@gmail.com

Introdução

O Estado vem passando por sensíveis mudanças no decorrer dos anos, principalmente pós abertura da economia. Tal fato descreve a inquietação pela qual se encontra a economia mundial. Por isso, é preciso repensar o papel do Estado na sociedade atual. Deste modo, a reconstrução do Estado ganha cada vez mais importância entre os estudiosos do assunto e da sociedade em geral.

O processo de globalização, o caráter cíclico da intervenção do Estado e o seu crescimento distorcido reduziram a *autonomia das políticas econômicas e sociais dos estados nacionais*. Deste modo, a partir dos anos 70 o Estado entra em crise. O Estado que outrora fora o impulsionador do crescimento torna-se fator da *redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação* (Bresser Pereira, 1997, p.06).

Até os anos 80 nas sociedades capitalistas a esfera política estatal detinha extraordinária relevância nos processos de reprodução social e na regulação dos mercados de trabalho, bem como na política financeira e monetária, nas relações laborais, na política de rendimentos e na segurança social, assumindo funções que nas sociedades não capitalistas eram confiadas à sociedade (Silva, 2009:13). Contudo, foi nas sociedades socialistas que aparece a magnitude do papel do Estado por via da eliminação da *propriedade privada dos meios de produção e conseqüente redução do mercado, à correlativa implementação duma economia planificada e centralizada pelo Estado, e (...) à formação duma elite política, criada e alimentada à sombra do partido 'comunista e do Estado'* (Silva, 2009:13).

Assim, este trabalho tem como objetivo investigar as mudanças ocorridas na atuação do Estado e o papel que o Estado deve desempenhar na sociedade de modo que muitos estudiosos advertem da necessidade urgente da reconstrução do Estado. Este



estudo foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico e busca compreender como o Estado poderá contribuir para melhorar as condições de bem-estar social através da sua atuação enquanto agente regulador e fomentador da economia.

O Estado possui um papel primordial e por isso é preciso resgatar a sua autonomia, para que possa atuar de forma conjunta com as demais instituições públicas e ou privadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este trabalho está dividido em três partes: na primeira é feita uma abordagem geral da atuação do Estado, discutindo a crise pela qual este tem passado; na segunda é feito alguns apontamentos de ideias dos principais autores que discutem a reconstrução da atuação do Estado na economia; na terceira é apontada algumas das formas pelas quais o Estado deveria atuar e por fim as considerações finais.

Algumas considerações sobre a atuação do Estado

O Estado de Bem-Estar, forma de organização político-social de expressiva atuação do Estado como agente de promoção do social¹ e organizador da economia, transformou essencialmente a natureza tradicional do Estado no regime capitalista. Cabe ao Estado regulamentar a vida social, política e econômica do país, garantindo os serviços públicos e a proteção do cidadão².

Contudo, segundo Bajoit (2006:97), o marco da intervenção do Estado ocorre com a implementação do Estado-providência keynesiano, que implicou uma mudança radical da natureza tradicional do Estado no regime capitalista. Assim, após a crise de 1929, com as abordagens keynesianas de política econômica o Estado passa a proporcionar um imenso volume nas despesas sociais, sobretudo na Europa, que participava em média de 5 a 25% do PIB nas despesas sociais (Palier, 2009:28).

O modelo do *welfare states*³ adotado na Europa, apregoado por Esping-Andersen, fundamentou-se em três pilares: *o sistema de estratificação social, os efeitos*

¹ The development of welfare states in Europe and América. Peter FLORA & Arnold J. HEIDENHEIMER. fourth printing - 1990.

² Wikipédia consultada em 07/06/2011. http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social

³ É importante salientar que o Estado de Bem-Estar Social e das políticas sociais não se circunscrevem apenas ao campo da economia ou da política. Trata-se de uma conjunção de ambos, embora seja imperativa a dominação dos interesses econômicos.



da cidadania social e sua repercussão na posição do indivíduo no mercado de trabalho e as relações estado mercado e família na provisão do bem-estar (Ferreira, 2009:108)⁴.

Deste modo, para Esping Andersen, são três os grandes desafios que o Estado de Bem-Estar social do século XXI se depara.

O primeiro desafio, reconhecer a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho. Para tanto, o Estado deve assegurar as condições necessárias para favorecer o emprego das mulheres, através de medidas que possibilitem a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Para além da conciliação da vida profissional com a vida familiar, as políticas favoráveis as mulheres devem insistir na igualdade entre homens e mulheres, igualdade de tratamento profissional e doméstico.

Um segundo desafio diz respeito a igualdade de oportunidades às crianças. Cada vez mais adverte-se da necessidade do Estado investir em educação para a promoção da igualdade das crianças com desigualdades associadas aos rendimentos e da riqueza das famílias e das desigualdades relacionadas ao capital cultural. Dessa forma, os investimentos em educação cumprem dois objetivos: a promoção da igualdade de oportunidades às crianças, o que seria uma forma de prevenção contra uma possível exclusão social, para além de assegurar a produtividade de uma mão-de-obra futura.

Enfim, reforçar a pensão e manter a equidade entre gerações e intergerações. O autor enfatiza que a preocupação com a igualdade deve prevalecer, mantendo equidade entre gerações, mas também dentro de gerações.

Trata-se de uma mudança de paradigma que representou um salto qualitativo positivo para uma política de redistribuição mais consentânea com as exigências das classes trabalhadoras. Conforme salienta Palier (2009) a economia pós industrial colocava em causa os compromissos que provocaram o crescimento dos estados-providencia europeus.

Todavia, foi no período pós segunda guerra mundial que se verificou uma grande prosperidade econômica e um dos maiores incrementos dos padrões de vida da história, em que o *fordismo e a abordagem keynesiana das políticas económicas permitiram explosão* das despesas sociais (Palier, 2009:28). Num período em que a política econômica e social pareciam complementar-se, verificando-se um crescimento

⁴ Para aprofundar a discussão sobre os modelos de *welfare states* da Europa ver Caeiro (2009:108-109).



econômico assentado em interações entre o desenvolvimento industrial de produtos estandarizados de grande consumo, consumo de massa e generalização da proteção social (Palier, 2009:28)⁵. Para Bajoit (2006) entre os fatores que concorreram para este *boom* encontra-se o fortalecimento do movimento operário e do socialismo no período entre guerras. Concomitantemente, *o new deal e o fordismo começaram a fazer sentir seus efeitos na Europa* (Bajoit, 2006:97).

Deste modo, no período os “trinta gloriosos” (1945-1975) com a conjunção entre crescimento econômico e proteção social, inaugura-se uma *assistência social financiada pelos impostos sobre a renda*, com a *segurança social sendo financiada pela renda do trabalho*, tendo como finalidade a distribuição dos ganhos derivados *do aumento da produtividade do trabalho* (Bajoit, 2006:97).

Neste processo o Estado teve especial importância, embora nem sempre tenha conseguido mantê-la. Assim, entre os anos 1930 e 1960 foi o Estado fator de desenvolvimento econômico e social (Bresser Pereira, 1997). Porém, a partir dos anos 70, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e nas décadas de 70-80 não conseguiu garantir a condição de fomentador do boom econômico de outrora, uma vez que, passou a ser o principal responsável pela *redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação em todo o mundo* (Bresser Pereira, 1997:01), exibindo no período as mais desajustadas políticas econômicas e sociais (Palier, 2009).

A profunda reestruturação produtiva das economias, fenômeno inerente à década de 1990, representou um processo ambíguo. Se por um lado trouxe oportunidades, por outro desencadeou o desaparecimento de um grande número de empresas, afetando a configuração/mutação do modelo de empresas até então vigentes, incitando processos de fusões e incorporações com efeitos consideráveis na desregulamentação dos mercados de produtos financeiros e de trabalho, representando uma *nova modalidade de inserção no sistema internacional* (Diniz, 2008:49).

Tal processo conduz à “*internacionalização do Estado*”, isto é, à *aceitação por parte dos Estados de uma nova ordem econômica mundial, impulsionada pelas forças*

⁵ Os dispositivos de proteção social apoiavam o crescimento econômico, à medida que criavam empregos, sustentavam a capacidade de consumo dos que não mas poderiam se manter no mercado de trabalho *na medida em que garantem a segurança das receitas, libertavam as poupanças de proteção e permitiam consagrar uma parte crescente das receitas para o consumo.* (Palier, 2009:28).



do mercado global, às quais deveriam ajustar-se para se beneficiarem da expansão exponencial do comércio internacional (Diniz, 2003: 07).

Contudo, seus efeitos cumulativos conduziram a perda da capacidade dos governos do mundo de controlar o desenvolvimento de suas nações, acarretando uma conjugação perversa entre o fracasso do Estado e anarquia do mercado. Segundo Martim & Schumann (1999:293) trata-se de uma situação em que *a economia devora a política* e isso ocorre, porque há um erro sistêmico global em que *o fluxo de mercadorias e capitais tornou-se disponível em escala mundial mas a regulamentação e o controle continuaram sendo uma atribuição nacional*.

Ademais, na sociedade pós-industrial assiste-se a uma transformação do modo de vida das pessoas, neste novo modelo *as mulheres trabalham, os casais divorciam-se*, aumenta a esperança de vida e reduz a fecundidade. Desta maneira, as alterações nas relações familiares, (...) a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho abalam o funcionamento de sistemas concebidos sobre um modelo familiar (Palier, 2009:31).

Conquanto, como resposta à crise do Estado as reformas econômicas foram canalizadas para o mercado. Assim, todos os países deveriam reduzir a *intervenção do Estado, abrindo suas economias ao mundo em termos financeiros, comerciais e de investimento* (Diniz, 2008:49).

Assim, no final da década de 1980 e início dos anos 1990 inaugura o primado do modelo neoliberal, com a *redução do protecionismo alfandegário, a expansão do 'comércio livre'*, intensificando *a concorrência pelos mercados mundiais que exigiram das empresas maior capacidade competitiva*. A necessidade de aumentar rapidamente a capacidade produtiva fizera com que *patrões e os governos* fizessem forte pressão *para baixar os custos do trabalho e dos impostos*, o que teve impacto direto nas políticas sociais, uma vez que, eram essas *precisamente as fontes de financiamento das políticas sociais* (Bajoit, 2006:98).

Para Cano (1995) atender níveis mínimos de equidade é meta inerente às propostas de políticas públicas do Estado de bem-estar social. Contudo, a maneira como se deu os ajustes orçamentários nos países capitalistas, com privatizações de empresas estatais, liberalização comercial e financeira, mudança da estrutura tributária, a reforma previdenciária e flexibilização da legislação trabalhista ou simplesmente corte de gastos sociais introduziram mudanças que acarretaram consequências econômicas e sociais,



para além disso, parecia afastar qualquer possibilidade de atendimento aos níveis mínimos de equidade (CANO, 1995:162; DINIZ, 2010).

Desta forma, é possível perceber que, a abertura das economias, a entrada de novos países no jogo econômico mundial afetou o equilíbrio econômico mundial, ao desestabilizar as economias industriais tradicionais que comprometeram as interações entre políticas econômicas e políticas sociais (Palier, 2009:29).

Desta maneira, as políticas sociais apresentaram uma *evolução paradoxal*, ao invés de constituir uma forma de sustentar a economia, passaram a ser concebidas como custo, principalmente quando analisa-se seus efeitos sobre o nível de atividade econômica dos países. Nesta perspectiva, as políticas sociais seriam vistas como contraproducentes, pois eram tidas como responsáveis pela inatividade, exatamente o contrário dos objetivos para os quais foram concebidas, que era de servir de motor impulsionador da atividade econômica. Em suma, ao invés de propiciar as condições para sustentar o pleno emprego, acabaram por retirar o indivíduo paulatinamente do mercado de trabalho (Palier, 2009:30).

Por isso, Palier (2009:30) adverte que é indispensável repensar o sistema de proteção social. Para além das questões suscitadas, chama a atenção para as novas situações não contempladas na atual política de proteção social, as quais se incluem *as alterações demográficas e familiares* e que afetaram diretamente tais políticas⁶.

Para além disso, outro fator primordial a ser considerado refere-se ao deslocamento da pobreza. A pobreza migrou das pessoas idosas para as mulheres sozinhas e com filhos⁷ e para o desemprego de longa duração, deixando esta parcela da população desassistida, uma vez que os programas de proteção social concebidos para as reformas e a saúde não contemplavam tal condição.

Por tudo isso, é preciso repensar o papel que vem sendo desempenhado pelo Estado nas sociedades.

Reforma e reconstrução do Estado

⁶ Particularmente, nos países europeus as novas necessidades centram-se em como financiar as reformas frente ao envelhecimento da população. Para além dos reflexos sobre *a divisão do trabalho (...) e de adaptação das qualificações às evoluções tecnológicas* (Palier, 2009:30).

⁷ O aumento *das famílias monoparentais, de famílias recompostas e a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho perturbam o funcionamento de sistema concebidos sobre um modelo familiar* no qual os direitos são extensivos à pessoa (raramente mulher) com atividade remunerada e aos membros da sua família.



Os anos 90 acentuaram a inviabilidade da política do Estado mínimo (Bresser Pereira, 1997). A convicção de que as livres forças do mercado conduziriam o mundo ao equilíbrio mostrou sua ineficácia. Desta forma segundo Delfim Neto⁸ o mercado carece de um Estado forte, pois cabe ao Estado atuar como indutor do desenvolvimento.

Deste modo, é possível afirmar que o crescimento e o desenvolvimento só se constroem com um Estado forte. Neste sentido ressaltam que, somente *o Estado, ancorado em um projeto desenvolvimentista em função dos interesses particulares nacionais e regionais, poderia se constituir como regulador das assimetrias do mercado e garantir as condições de inclusão social* (Boschi & Gaitán, 2008:305).

Nesta perspectiva, conforme acentua Diniz (2010:44) as abordagens contemporâneas outorgam especial importância ao resgate do papel do Estado enquanto *regulador, indutor e sobretudo coordenador* da economia.

De fato, parece existir um consenso sobre a necessidade de contar com maiores níveis de regulação na atividade econômica, debate contemplado tanto pelos principais defensores da intervenção do Estado na economia quanto por aqueles que adotam postulados neoclássicos. Neste sentido, a grande tarefa dos líderes democráticos no limiar do século XXI é restaurar o Estado e restabelecer o primado da política *sobre* a economia (Martin & Schumann, 1999:22).

Corroborando com esta visão Bresser Pereira (1997:02) ao acentuar a urgência da reforma ou a reconstrução do Estado como a grande empreitada política dos anos 90. Para o autor o Estado precisa resgatar sua autonomia para poder realizar suas funções clássicas (garantia da propriedade e dos contratos) e desempenhar o seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país.

Neste sentido, Diniz (2004:05) relata que o Estado deve conter alta capacidade gestora para poder propiciar ao país as condições favoráveis para se inserir no jogo do poder internacional. Não obstante, é preciso que se considere as dimensões políticas as quais o Estado está subjugado. Deste modo, é preciso *reverter uma posição subordinada, controlar o capital especulativo, reduzir situações de extrema vulnerabilidade externa ou rejeitar a predominância da lógica das empresas transnacionais na estruturação das atividades econômicas de um país*, para que se

⁸ <http://www.kaosenlared.net/noticia/brasil-ex-ministro-delfim>



possa ter a liberdade de definir e executar uma nova estratégia nacional (Diniz, 2003:05).

No entanto, a reconstrução do Estado não se faz do dia para a noite e está condicionada a alguns problemas que precisam ser considerados. Assim, Bresser Pereira (1997:02) elenca alguns problemas que envolvem a reforma do Estado: *i*) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; *ii*) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; *iii*) um econômico administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e *iv*) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

Nesta mesma linha Diniz (2010) discute a centralidade da reforma do Estado. Em sua abordagem chama a atenção para as dimensões política e institucional que considera como decisivas, o conduz a uma alta prioridade da agenda pública. Para Diniz o enfoque estritamente liberal da reforma do Estado, predominante nas duas últimas décadas do século passado, implicavam em corte *de gastos, redução do tamanho e das funções do Estado, ou ainda o ajuste das contas públicas*. Porém, adverte que atualmente é preciso *revalorizar a capacidade de ação estatal como um pré-requisito do êxito dos governos na administração de situações de crise e transição*. Portanto, trata-se de reconhecer que crescimento e conquista de um novo patamar econômico não se produzem espontaneamente, é preciso de vontade política. Assim, a reconstrução do Estado requer que as elites dirigentes se comprometam com a reversão das situações adversas e busquem elevar o nível de bem-estar da sociedade (Diniz, 2010:11).

Neste sentido, autores como Evans (2004 37-45) citado por Leopoldi et al (2010:17)⁹ acentuam a necessidade de um Estado ativo, pois é esta atividade estatal que é o motor da construção de modernas economias de mercado. Deste modo, valoriza-se *a capacidade de ação autônoma dos governos*, a ideia de que o Estado deve ter presença ativa como forma de fornecer as *condições favoráveis à superação de dificuldades na busca de novas estratégias de crescimento*.

⁹ Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil. Org. Wagner Pralon Mancurso, Maria Antonieta Parahyba, Wagner Iglesias, São Paulo. Editora da Cultura, 2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ademais, a economia de mercado mostrou sua ineficácia no mundo global e a presença do Estado tem sido cada vez mais demandada para suprir as falhas do mercado. Desta maneira, reivindica-se um Estado *responsável perante a sociedade civil, capaz de ouvir os interesses do mercado e atuar dentro do contexto de uma democracia deliberativa* (Diniz, 2003:06).

Nesta perspectiva, Stiglitz citado Leopoldi et al (2010:18) ressalta que a atuação do Estado deve priorizar a inclusão de medidas do grau de equidade, sustentabilidade e democracia. Critica a visão restrita de desenvolvimento centrada na ótica do produto interno bruto (PNB). Para Stiglitz esta visão já está ultrapassa a muito tempo. Deste modo, a atuação do Estado deve priorizar a formulação de políticas macroeconômicas anticíclicas (Ocampo citado por Leopoldi et al, 2010).

Ainda nesta linha de pensamento, Chang citado por Leopoldi et al (2010) deve se pensar em atuação do Estado enquanto Estado desenvolvimentista, ativo, formulador de políticas incentivadoras de crescimento econômico e social, pois nenhum país se industrializou sem um envolvimento forte do Estado.

Diante destas reflexões, Palier (2009:31) questiona: *como responder as novas necessidades sociais? Aos meios financeiros? As políticas sociais poderão contribuir para o crescimento econômico?* Diante deste quadro, frente aos novos *desafios que obrigam a repensar os objetivos e estratégias de intervenção das políticas sociais* (Palier, 2009:31), qual papel o Estado deve desempenhar na retomada do crescimento e no caminho do desenvolvimento sustentável?

O papel do Estado na sociedade no século XXI

Acentua-se nessa discussão os novos riscos advindos da polarização social por meio das mudanças ocorridas na esfera econômica e notadamente a disseminação de empregos pouco qualificados. Para enfrentar esses novos desafios Esping-Andersen (2009) sublinha a necessidade de pensar *os problemas sociais em termos de trajetórias de vida*. Neste sentido, preconiza a necessidade do abandono da perspectiva estática, aquela que acentua as dificuldades destes indivíduos, em prol da adoção de uma perspectiva dinâmica.



Para além disso, Soulet (2006:88) declara que o Estado Social precisa ser revisto, que não se pode mais admitir um Estado social que funcione como uma máquina de indenizações, transformando os *direitos sociais em direito a receber créditos*, funcionando como um Estado compensador.

Para Soulet (2006:88) espera-se que o Estado social, de agora em diante, *se adapte às situações particulares, que personalize seus meios para chegar mais perto dos problemas concretos das pessoas em dificuldades e que lhes permita encontrar o seu rumo na sociedade*. Assim, o Estado deve migrar de um Estado-prestador, para um Estado-serviço, ou seja, mais do que pagar prestações a uma população-alvo o Estado deve *distribuir a cada um os meios específicos necessários para enfrentar as incertezas de sua existência e encontrar o seu lugar no seio da sociedade*.

Corroborando com esta visão Palier (2009:27) ao argumentar que *as políticas sociais não podem continuar a funcionar como dispositivos de indenização, mas devem comportar consigo uma estratégia coletiva de investimento social, ou seja, passar de um Estado-providência assistencial para um Estado-providência investidor*.

Ademais, Palier (2009) argumenta que as despesas sociais não devem ser encaradas como *custos que entrava o crescimento econômico*. Essas devem fazer parte dos investimentos Estatais necessários para acompanhar a *transição versus a economia do conhecimento*. Assim, reforça que as políticas sociais podem retornar para a utilidade econômica se elas são consoantes não como despesas mas como um fator de riqueza futura.

Considerações finais

A primeira década do século XXI marca uma rejeição ao modelo e clara aspiração por mudanças nas prioridades da agenda pública, num contexto de intenso processo de revisão de paradigma (Diniz, 2010).

A reforma e reconstrução do Estado se faz premente e muitos cientistas sinalizam a necessidade desta reconstrução. Todavia, Palier (2009) questiona como se deve proceder no momento para que se evite *problemas de compensação amanhã? Como evitar os efeitos cumulativos das desvantagens sociais ao longo da vida?* Para além dessas questões, salienta que é preciso *passar de políticas sociais reparatórias e*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

compensatórias para estratégias preventivas fundadas sobre uma lógica de investimento social.

Então, é neste sentido que se deve pensar o processo de reconstrução do Estado, um Estado ativo, capaz de encarar os problemas e de se comprometer em equacioná-los. Desta forma, espera-se do Estado, um Estado ativo, *regulador, indutor e sobretudo coordenador* da economia.

Contudo, para cumprir estes desafios, o Estado precisa resgatar sua autonomia. É preciso reconstruir as bases de um Estado forte, regulador, interventor. É preciso de uma atuação forte do Estado em questões de cunho social.

Bibliografia:

Bajoit, Guy. *Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social*. In *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma análise transnacional*. Org. Casimiro Marques Balsa, Lindomar Wessler Boneti, Marc-Henry Soulet. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle - Trabalho apresentado à segunda reunião do Círculo de Montevideo. Barcelona, 25-26 de abril de 1997. Publicado em "Documentos Debate : Estado, Administración Pública y Sociedad" No. 4 (Sep. 1997). Caracas: CLAD

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.SP: Ed. 34, Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado Social, e Reforma Gerencial. Intervenção No VI Fórum da Reforma do Estado. Rio de Janeiro, 1º. De Outubro De 2007.

CAEIRO, Joaquim Croca. Economia e política social: contributos para a intervenção social no século XXI. Org. Joaquim Croca Caeiro [et al.]. 1ª ed. Lisboa, 2009.

DINIZ, Eli. **Reforma do Estado e Governança Democrática: Em direção à democracia sustentada? texto original apresentado na Conferência Internacional sobre “Democracia, Governanza y Bienestar en las Sociedades Globales”** (Instituto Internacional de Gobernabilidad), realizada em Barcelona, entre 27 e 29 de novembro de 2003. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_reforma_do_estado.pdf

DINIZ, Eli.Estado, globalização e desenvolvimento em contexto neoliberal:retomando um antigo debate. In Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil. Org. Por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Wagner Pralon Mancuso, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Wagner Iglecias São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. 4 ed. Ampl. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP: São Paulo: FAP, 1995.ESP

FERREIRA, Susana. *Políticas sociais, parcerias e redes: instrumentos de promoção do desenvolvimento e sua relação com o serviço social*. In *Economia e política social: contributos para a intervenção social no século XXI*. Org. Joaquim Croca Caeiro [et al.]. 1ª ed. Lisboa, 2009.

MARTIM, Hans-Peter & SCHUMANN, Hanald. *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. 6ª edição, São Paulo: Globo, 1999.

ESPING-ANDERSON, Gosta e PALIER, Bruno. *Três lições sobre o Estado Providência*. Portugal, Campo da Comunicação, 2009.

SOULET, M Henri. *A integração como nova expressão da questão social*. In *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma análise transnacional*. Org. Casimiro Marques Balsa, Lindomar Wessler Boneti, Marc-Henry Soulet. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.